

Sarney propõe sessão às segundas e sextas-feiras

Maria Lúcia Delgado

De Brasília

23 OUT 2003

Para garantir a aprovação das reformas da Previdência e tributária — pelo menos a parte principal das duas propostas — até o fim deste ano no Senado, o presidente da Casa, José Sarney, propôs ontem aos líderes partidários que sejam realizadas sessões deliberativas nas segundas e sextas-feiras. Com isso, a reforma da Previdência poderia ser apreciada em primeiro turno no plenário a partir da segunda quinzena de novembro. Já a reforma tributária só seria apreciada no fim de dezembro. Apesar de o objetivo ser acelerar a tramitação das reformas, o argumento oficial dos governistas é que não foram realizadas 42 sessões desde o início do ano, porque as medidas provisórias trancam a pauta, e isso teria provocado acúmulo de projetos a serem apreciados. Por isso, o Senado precisaria trabalhar nas segundas e sextas.

Na reunião de ontem, o PMDB, que tem a maior bancada do Senado, exigiu do governo garan-

tias de que as alterações incluídas na reforma da Previdência numa outra proposta de emenda constitucional, que foi batizada pelos senadores de “PEC paralela”, serão de fato aprovadas no próximo ano. “Essa PEC paralela não pode funcionar como uma enganação, se não destruirá as relações entre os partidos no Congresso”, avisou Renan Calheiros (AL), líder do PMDB.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia assinar uma carta-compromisso afirmando o empenho político do governo e dos líderes governistas de concluir a votação da PEC paralela em no máximo 75 dias. A oposição — PFL e PSDB — e o PDT defendem que todas as mudanças sejam incluídas na PEC principal, e retornem para análise da Câmara. O governo não concorda e assegura que levará adiante a tramitação da PEC paralela. O senador Tião Viana (PT-AC), relator da reforma da Previdência, disse que apresentará seu parecer na CCJ

na próxima terça-feira.

VALOR ECONÔMICO